

ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA NO PERÍODO DE 1995 A 2005: UM ESTUDO NO SEGMENTO METAL-MECÂNICO

Paulo Henrique Fassina	Anderson Léo Sabadin	Marcos Moreira Pinto	Aldecir José Theodoro	Sérgio Guth
profassina@erechim. com.br	leosabadin@bol.com .br	profemarcos@terra.c om.br	alde@via-rs.net	sergio.guth@terra.c om.br

Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, SC, Brasil

RESUMO

Constantes são as preocupações dos empresários quanto à tributação incidente sobre as atividades empresariais, acelerada principalmente, por sua evolução a partir da década de 90. Especialistas afirmam que a carga tributária do Brasil é considerada uma das maiores, visto a diversidade de tributos que estão em vigor. O objetivo deste estudo é apresentar o impacto ocorrido no resultado econômico de uma empresa do segmento metal-mecânico decorrente do aumento da carga tributária brasileira no período de 1995 a 2005, pelo motivo deste segmento de atividade absorver uma maior quantidade de tributos. O delineamento da pesquisa quanto aos objetivos, enquadra-se como uma pesquisa descritiva, caracterizando-se sua tipologia por um estudo de caso. Quanto ao levantamento de dados a pesquisa caracteriza-se como documental. A abordagem contempla uma pesquisa quantitativa. Na análise dos dados aplicaram-se os respectivos percentuais dos tributos do período em referência sobre a demonstração do resultado do exercício, tendo como base o ano de 1995. Os resultados da pesquisa evidenciaram uma redução na ordem de 69% no resultado econômico da empresa no referido período por conta do aumento dos tributos incidentes sobre o setor produtivo.

Palavras-Chave: Carga tributária. Tributos. Resultado econômico.

1. INTRODUÇÃO

Há muito tempo, a sociedade brasileira vem observando a evolução da carga tributária no país que penaliza, principalmente, o setor produtivo, sem que este tenha alternativa para amenizá-la. Estudos nacionais e internacionais mostram que o Brasil é um país onde o custo é bastante elevado para as empresas, em decorrência de vários problemas estruturais e conjunturais.

Conforme Guth et al. (2005), um dos mais representativos componentes do chamado custo-Brasil é o sistema de tributação nacional, bastante complexo e caro para as empresas, principalmente para as que exercem atividades de maior valor agregado, em particular o setor produtivo.

Estudo elaborado conjuntamente pela Diretoria de Pesquisa do IPEA e pela Secretaria de Assuntos Fiscais do BNDES (1998) revela que uma parte significativa da tributação dos bens e serviços é feita por meio de impostos e contribuições cumulativos que são incompatíveis com o objetivo de inserção do país na economia global, posto que impõe distorções e perda de competitividade ao nosso setor produtivo.

Nesta mesma perspectiva, o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (www.tributarista.org.br) afirma que um dos setores mais prejudicados com a carga tributária no Brasil é o setor industrial, com carga de 44,18%, seguido pelo setor de energia elétrica,

com 41,45% e de comunicações, com 40,39%. Segundo esse mesmo instituto, a carga tributária brasileira atingiu 37,82% do PIB em 2005, representando um crescimento de 1,02 pontos percentuais em relação a 2004.

De acordo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o valor nominal do PIB em 2005 totalizou R\$ 1,94 trilhão e, o total da arrecadação tributária nos três níveis, foi de R\$ 732,87 bilhões, sendo R\$ 514,42 bilhões de tributos federais, R\$ 187,87 bilhões de tributos estaduais e R\$ 30,58 bilhões de tributos municipais.

Ainda em 2005, em relação ao PIB, os tributos federais representaram 26,55%, os estaduais 9,70% e os municipais 1,57%. Do total da arrecadação tributária, os tributos federais são responsáveis por 70,19%, os estaduais 25,64% e os municipais por 4,17%.

Diante do exposto fez-se um estudo da variação da carga tributária brasileira em uma empresa do setor industrial referente ao período de 1995 a 2005 e seu conseqüente impacto na apuração do resultado econômico. A partir da demonstração do resultado do exercício da empresa objeto deste estudo, reclassificou-se a DRE de modo que ficasse evidenciado o os valores dos tributos das três esferas governamentais, ou seja, a esfera federal, a estadual e a municipal.

O trabalho contempla também, além da introdução, uma referência aos tributos praticados no Brasil, a evolução da carga tributária brasileira no período de 1995 a 2005, um estudo da tributação no caso de uma indústria brasileira, comparativo da carga tributária brasileira no contexto internacional, o processo metodológico utilizado na pesquisa, a descrição e análise dos dados coletados e as considerações finais.

2. CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA E SUA EVOLUÇÃO

A estabilização da economia e o crescimento decorrente do Plano Real propiciaram apreciável elevação da receita pública. Em 1995, a carga tributária brasileira foi de 28,92% do PIB, a mais alta já registrada no país até então, mantendo-se até 1998 no patamar de duas dezenas. A partir de 1999, quando o percentual da carga tributária brasileira adentrou na casa das três dezenas, percebe-se uma evolução contínua de seu crescimento, ano após ano, perdurando até nossos dias atuais, chegando em 2005 a 37,82% do PIB.

Tabela 1 – Evolução da Carga Tributária Brasileira em R\$ milhões

Ano	PIB	Tributos Federais	Tributos Estaduais	Tributos Municipais	Total da Arrecadação	% sobre o PIB
1995	646.192	124.695	53.139	9.024	186.858	28,92
1996	778.887	139.484	62.980	10.116	212.581	27,29
1997	870.743	158.566	69.320	11.305	239.191	27,47
1998	914.188	181.828	72.070	14.219	268.117	29,33
1999	973.846	210.691	79.154	15.096	304.941	31,31
2000	1.101.255	250.302	95.383	16.011	361.696	32,84
2001	1.198.736	278.599	108.262	16.884	403.745	33,68
2002	1.346.028	346.797	115.810	19.754	482.361	35,84
2003	1.556.182	391.052	139.137	22.990	553.179	35,54
2004	1.766.621	454.313	166.117	29.705	650.135	36,8
2005	1.937.598	514.417	187.873	30.574	732.864	37,82

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (2006)

A Tabela 1 proporciona uma visão clara do aumento progressivo da arrecadação brasileira referente aos últimos 10 anos, refletindo dessa forma, o aumento da carga de tributos que oneram as empresas brasileiras.

Na seqüência, a Tabela 2 mostra o percentual que cada esfera governamental obtém da arrecadação total em relação ao mesmo período.

Tabela 2 – Participação do total da arrecadação tributária em cada esfera governamental

Ano	Federal	Estadual	Municipal
1995	66,73%	28,44%	4,83%
1996	65,61%	29,63%	4,76%
1997	66,29%	28,98%	4,73%
1998	67,82%	26,88%	5,30%
1999	69,09%	25,96%	4,95%
2000	69,20%	26,37%	4,43%
2001	69,00%	26,82%	4,18%
2002	71,90%	24,00%	4,10%
2003	70,69%	25,15%	4,16%
2004	69,88%	25,55%	4,57%
2005	70,19%	25,64%	4,17%
% Médio	68,76%	26,68%	4,56%

Fonte: dados da pesquisa (2006)

Conclui-se, pela análise da Tabela 2, que a esfera federal absorve a maior fatia do total de tributos arrecadados no Brasil, atingindo uma média de 68,76% no período em estudo, enquanto que as esferas estaduais e municipais participam com 26,68% e 4,56% respectivamente da arrecadação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, enquanto que a carga tributária em relação ao PIB cresceu 8,9 pontos percentuais de 1995 a 2005, a carga tributária sobre o mercado interno brasileiro (descontada as exportações) passou de 30,00% para 40,65%, no mesmo período, ou seja, um aumento de 10,65 pontos percentuais. Isto se dá em face do aumento significativo das exportações em relação ao PIB, passando de 7,72% em 1995 para 16,77% em 2005, recaindo sobre o mercado interno brasileiro o ônus do aumento da carga tributária ao longo dos anos.

As Tabelas 3 e 4, respectivamente, nos dão uma dimensão do aumento da participação das exportações no PIB total no período de 1995 a 2005 e o percentual da carga tributária em relação ao PIB no mesmo período.

Tabela 3 – Percentual das exportações em relação ao PIB

ANO	%
1995	7,72
1996	6,99
1997	7,51
1998	7,42
1999	10,28
2000	10,66
2001	13,22
2002	15,49

2003	16,38
2004	18,02
2005	16,77

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (2006)

Percebe-se, pela análise da Tabela 3, um aumento de 9,05 pontos percentuais, das exportações em relação ao PIB, ou seja, o equivalente a 117,23%.

Tabela 4 – Percentual da carga tributária em relação ao PIB em r\$ milhões

Ano	PIB Total	Exportações	PIB Total (-) Exportações	% Carga Tributária sobre o PIB	% Carga Tributária (-) Exportações
1995	646.192	49.917	596.275	28,92	30,00
1996	778.887	54.430	724.457	27,29	28,21
1997	870.743	65.356	805.387	27,47	28,46
1998	914.188	67.862	846.326	29,33	30,38
1999	973.846	100.136	873.710	31,31	32,91
2000	1.101.255	117.423	983.832	32,84	34,59
2001	1.198.736	158.501	1.040.235	33,68	35,97
2002	1.346.028	208.489	1.137.539	35,84	38,76
2003	1.556.182	254.832	1.301.350	35,54	38,65
2004	1.766.621	318.387	1.448.234	36,80	40,44
2005	1.937.598	324.988	1.612.610	37,82	40,65

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (2006)

Pela Tabela 4, verifica-se, no período de 1995 a 2005, um aumento de 30,77% dos índices percentuais da carga tributária em relação ao PIB e 35,50% de elevação da carga tributária em relação ao mercado interno que se equivale 8,09 e 10,65 pontos percentuais respectivamente.

A voracidade tributária e seus efeitos sobre a sociedade, são ressaltados por Oliynik (2005), abrangendo os seguintes tópicos: o brasileiro comum trabalha quase 5 meses para pagar impostos. Há apenas 12 anos, eram 3 meses. Nas décadas de 70 e 80, trabalhava-se 2 meses. Apesar da altíssima carga fiscal, a dívida pública continua nas alturas, e os juros mais altos do planeta impulsionam-na para patamares elevados, tornando insuportável o financiamento público. Alguns bilhões de reais financiam distribuição de esmolas para o povo, como se esmola resolvesse o problema de renda e emprego do cidadão brasileiro.

Para Oliynik (2005) o tributo, em sua acepção original, deve estabelecer o papel do Estado como prestador de serviços ao contribuinte e não como seu patrão e cobrador. O Estado não um fim em si mesmo, mas um instrumento de organização da sociedade.

Atualmente existem 78 tributos exigidos do contribuinte. Mais de 600 bilhões de reais anuais são transferidos da iniciativa privada para a pública. Em valores corrigidos, nos últimos 10 anos o governo sugou da sociedade nada menos que 6,3 trilhões de reais, algo em torno de 2,7 trilhões de dólares.

Diariamente, os Diários Oficiais da União, Estados e Municípios despejam sobre o contribuinte nada menos que 56 atos oficiais ligados a tributação, estando em vigor 200.000 artigos, 400.000 parágrafos e 1,3 trilhão de incisos sobre matéria tributária (OLIYNIK, 2005).

Para finalizar essa seção, a Tabela 5 apresenta a arrecadação pública do Brasil nos últimos 10 anos, aonde a arrecadação chega a 6,3 trilhões de reais.

Tabela 5 – Arrecadação tributária brasileira nos últimos 10 anos

Ano	Arrecadação Nominal	Índice IGPM	Valor Atualizado R\$
	R\$ milhões		milhões
1.995	186.858	2,938627	549.106
1.996	212.581	2,579006	548.248
1.997	239.191	2,379132	569.067
1.998	268.117	2,266845	607.780
1.999	304.941	2,097421	639.590
2.000	361.969	1,841784	666.669
2.001	403.745	1,658636	669.666
2.002	482.361	1,523392	734.825
2.003	553.179	1,158349	640.774
2.004	650.159	1,082261	703.642
Total	3.663.101		6.329.367

Fonte: Oliynik (2005)

Percebe-se, pela análise da Tabela 5, que a iniciativa privada colabora de forma significativa com os cofres públicos.

3. A CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Nesta seção, a carga tributária brasileira é comparada com as de uma amostra de países, escolhidos entre os disponíveis em uma publicação recente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (www.tribustarista.org.br). Os dados estão representados na Tabela 6, a seguir.

Tabela 6 – Comparativo da carga tributária brasileira com a mundial em relação ao PIB

País	1995	2000	2004
Suécia	48,50%	53,80%	50,70%
Noruega	41,10%	43,20%	44,90%
França	43,90%	45,20%	43,70%
Itália	41,20%	43,20%	42,20%
Brasil	28,90%	32,80%	36,80%
Alemanha	38,20%	37,80%	34,60%
Canadá	35,60%	35,60%	33,00%
Espanha	32,80%	35,20%	35,10%
Suíça	27,80%	30,50%	29,40%
Reino Unido	35,00%	37,40%	36,10%
Estados Unidos	27,90%	29,90%	25,40%
México	16,70%	18,50%	18,50%
Argentina	16,80%	20,70%	21,90%
Chile	18,70%	17,30%	19,20%
China	18,90%	16,30%	16,70%

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (2006)

Comparando-se os valores registrados na Tabela 6, a carga tributária suportada pelos brasileiros é mais elevada do que 10 países (dos 15) que compõe a amostra. Ressaltamos que nesta amostra estão concentradas algumas das maiores economias mundiais. Somente Suécia, Noruega, França e Itália têm cargas tributárias maiores do que a brasileira.

Quando estendido este comparativo somente aos países que compõe a América Latina, a situação se agrava ainda mais, pois ficam evidentes as distorções tributárias entre esses países, chegando a alguns casos como, por exemplo, o México (18,50%) e o Chile (19,20%), apresentarem uma carga tributária metade do que é praticada no Brasil.

Conforme Varsano et al. (1998), a comparação de cargas tributárias de diferentes países é um exercício de precário poder analítico. São tantas as diferenças entre os sistemas tributários e, principalmente, entre as sociedades sobre as quais as cargas incidem que pouco se pode concluir da mera comparação de números que as representam, pois, as características que distinguem as sociedades e explicam diferenças nas cargas não podem ser detectadas pela simples avaliação de números globais. É preciso bem mais que isso para afirmar que a carga de determinado país é alta, baixa ou adequada. Portanto, a idéia desta seção foi apenas traçar um comparativo em números globais dos percentuais das cargas de tributos destes países analisados em relação ao Brasil, sem pretensão alguma de julgar se estão adequadas ou inadequadas, buscando apenas mostrar uma medida do esforço tributário a que a população está submetida.

4. OS TRIBUTOS NO BRASIL

De acordo com Giambiagi e Além (2000), o sistema tributário brasileiro se manteve praticamente com a mesma estrutura desde a proclamação da República até o início da década de 30. Nesse período, o comércio do Brasil era basicamente de produtos agrícolas, apresentando uma estrutura de mercado aberto ao exterior.

A primeira grande mudança no sistema tributário brasileiro veio com a Constituição de 1891, que introduziu o regime de separação das fontes tributárias, o que possibilitou a determinação dos impostos de competência da União e dos Estados. Além disso, de acordo com a Constituição de 1891, tanto a União, quanto os Estados tinham o poder de criar outras receitas tributárias.

A partir da década de 30 até a Constituição de 1988 o Brasil passou por diversas reformas em seu sistema tributário. Esta última, implementou no país o Sistema Tributário Nacional, que começou a vigorar em 1º de março de 1989.

A cobrança de tributos sempre foi um meio utilizado pelo Estado para manutenção dos serviços públicos e sociais e, para isso, existem diversas formas de se aplicar tais recursos. Embora essas aplicações sejam positivas para a sociedade, não é de hoje, que se observa a negatividade dos cidadãos quando o assunto é o pagamento de tributos.

Neste sentido, uma das maiores preocupações das empresas está ligada aos elevados custos provindos dos tributos inerentes ao setor produtivo nacional. No decorrer deste estudo, percebeu-se, claramente, como a carga tributária das empresas vem crescendo paulatinamente. Com esse reflexo, algumas empresas, às vezes, buscam a sonegação e a economia informal, para amenizar a conseqüência do peso e complexidade dos tributos na economia.

Cochrane (2004) chama atenção para o fato de que os tributos refletem na vida das empresas como um limitador ao desenvolvimento, dificultando novos investimentos, em especial aqueles oriundos do exterior, afetando diretamente a economia do país.

Um sistema tributário ideal, segundo Lagemann (2003), é concebido de acordo com os efeitos econômicos de cada um dos impostos e de suas alíquotas, considerando o bem estar social, a eficiência e a justiça.

Conforme já relatado anteriormente, o sistema tributário brasileiro já passou por diversas mudanças, sendo a última imposta pela Constituição Federal de 1988 que, dedicou o Capítulo I, do Título VI ao Sistema Tributário Nacional. O artigo 145 dispõe que a União, os

Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: impostos, taxas e contribuições de melhorias decorrentes de obras públicas. Assim, o número de tributos no Brasil, segundo o sítio portal tributário (www.portaltributario.com.br), monta em 78 o número de tributos existentes no Brasil.

Visto a diversidade de tributos que estão em vigor atualmente no Brasil, podemos concluir por que os especialistas afirmam que a carga tributária brasileira é considerada uma das maiores do mundo.

A Tabela 7 demonstra um histórico da evolução da participação percentual de alguns dos principais tributos que incidem sobre o setor produtivo referente ao período de 1995 a 2005. É importante destacar que essa variação percentual deu-se por conta da arrecadação de tributos nos seus respectivos períodos em relação ao PIB.

Tabela 7 – Arrecadação individual por tributo em relação ao PIB

Tributos	1995	1998	2000	2003	2005
IPI- Imposto s/Produtos Industrializados	2,11%	1,78%	1,71%	1,26%	1,36%
Imposto sobre a Renda	4,48%	5,01%	5,12%	5,98%	6,43%
CPMF – Contrib.Prov.Mov.Financeira	0,02%	0,89%	1,32%	1,48%	1,51%
COFINS – Contrib.Financ.Segur.Social	2,36%	2,05%	3,62%	3,83%	4,53%
Imposto Sobre Importação	0,76%	0,72%	0,77%	0,52%	0,47%
PIS / PASEP	0,95%	0,83%	0,91%	1,11%	1,14%
CSLL – Contrib.Social Lucro Líquido	0,91%	0,85%	0,84%	1,08%	1,36%
CIDE - Combustíveis	0,00%*	0,00%*	0,00%*	0,48%	0,40%
Outros Tributos Federais	0,50%	1,58%	1,89%	2,20%	1,70%
INSS – Previdência Social	6,30%	5,11%	5,06%	5,57%	5,99%
FGTS	0,91%	1,07%	1,49%	1,60%	1,66%
Total dos Tributos Federais	19,30%	19,89%	22,73%	25,11%	26,55%
ICMS	7,96%	6,62%	7,47%	7,68%	7,99%
Outros Tributos Estaduais	0,26%	1,26%	1,19%	1,28%	1,71%
Total dos Tributos Estaduais	8,22%	7,88%	8,66%	8,96%	9,70%
ISSQN	1,34%	1,47%	1,35%	1,36%	1,42%
Outros Tributos Municipais	0,06%	0,09%	0,10%	0,11%	0,15%
Total dos Tributos Municipais	1,40%	1,56%	1,45%	1,47%	1,57%
TOTAL DA CARGA TRIBUTÁRIA	28,92%	29,33%	32,84%	35,54%	37,82%

* Começou a vigorar em 2001.

Fonte: elaborado pelos autores com base no IBPT (2006)

Pela análise da Tabela 7, percebemos que foram os tributos da esfera federal que mais impactaram no aumento da carga tributária no período em análise. Em 1995, o total de tributos federais representava 19,30%, passando em 2005 para 26,55%, ou seja, um acréscimo de 7,25 pontos percentuais que representam um aumento nominal de 37,56%. Dentre os principais tributos federais analisados neste período e que incidem sobre o processo produtivo, a Cofins com um aumento nominal na alíquota na ordem de 92%, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido com 49% e o Imposto de Renda com 43%, foram os tributos que mais contribuíram para o aumento da carga tributária brasileira.

Na esfera estadual, em 1995, a participação dos tributos estaduais representava do total da carga tributária 8,22%, passando em 2005 para 9,70%, ou seja, um aumento de 1,48 pontos percentuais ou ainda, 18% em termos nominais, representando porém, um aumento 50% inferior aos patrocinados pela esfera federal. Por último, com relação aos tributos

municipais, em 1995, os mesmos representavam do total da carga tributária 1,40%, passando em 2005 para 1,57%, um aumento de 0,17 pontos percentuais, simbolizando um acréscimo nominal de 12%.

5. METODOLOGIA

Levando-se em consideração o objetivo proposto neste estudo, este se caracteriza como uma pesquisa descritiva, classificando-se sua tipologia por um estudo de caso. Quanto ao levantamento de dados a pesquisa caracteriza-se como documental. A abordagem contempla uma pesquisa quantitativa.

6. IMPACTO NO RESULTADO ECONÔMICO DECORRENTE DO AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Para fins de demonstrar neste estudo o impacto ocorrido no resultado econômico em uma empresa do setor industrial, tributada pelo lucro real, por conta do aumento da carga tributária no Brasil, coletou-se junto a uma empresa do segmento metal-mecânico do Estado do Rio Grande do Sul a Demonstração do Resultado do Exercício encerrada em 31 de dezembro de 1995 e, apresentada de forma resumida no Quadro 1.

	R\$	AV
Receita Operacional Bruta	15.757.785,50	100,00%
(-) Deduções da Receita Bruta	(3.510.834,61)	22,28%
Receita Líquida	12.246.950,89	77,72%
(-) CPV	(6.310.696,21)	40,05%
Lucro	5.936.254,68	37,67%
(-) Despesas Operacionais	(2.862.995,16)	18,17%
Despesas com	1.181.793,77	7,50%
Despesas Administrativas	1.177.666,44	7,47%
Despesas com Vendas	414.109,35	2,63%
Despesas Financeiras	89.425,60	0,57%
Resultado Operacional	3.073.259,52	19,50%
Resultado Antes Provisão CSLL e IR	3.073.259,52	19,50%
Provisão para CSLL	280.488,58	1,78%
Provisão para IR	765.828,38	4,86%
Lucro	2.026.942,56	12,86%

Fonte: dados da pesquisa (1995).

Quadro 1 – Demonstração do Resultado do Exercício de 1995 da empresa Metal S/A.

Na composição da Demonstração do Resultado do Exercício no ano de 1995, cabe ressaltar que a empresa analisada opera somente no mercado interno. No intuito de simplificar o estudo e atender ao objetivo proposto que é de analisar a variação do resultado econômico decorrente do aumento da carga tributária brasileira em empresa do setor industrial, condensou-se a respectiva DRE somente pelos seus grupos de contas.

Destaca-se, também, que o grupo Deduções da Receita Bruta evidencia somente a questão tributária, sendo incorporados, inclusive, os gastos com tributos de ordem trabalhista tais como INSS e FGTS. Portanto, para fins deste estudo, desprezaram-se algumas contas que poderiam figurar no grupo Deduções da Receita Bruta, como por exemplo, vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos, justamente para deixar demonstrado somente a discussão tributária, ou seja, o real impacto que os tributos ocasionaram no respectivo período em análise.

No Quadro 2, partiu-se da Demonstração do Resultado do Exercício da empresa, referente ao exercício social de 1995, traçando um comparativo em relação ao exercício de 2000 e 2005 respectivamente.

	1995	AV	2000	AV	2005	AV
Receita Operacional Bruta	15.757.785,50	100,00%	15.757.785,50	100,00%	15.757.785,50	100,00%
(-) Deduções da Receita Bruta	4.557.151,57	28,92%	5.174.856,76	32,84%	5.959.594,48	37,82%
Tributos Federais	3.041.252,60	19,30%	3.581.744,64	22,73%	4.183.692,05	26,55%
Tributos Estaduais	1.295.289,97	8,22%	1.364.624,22	8,66%	1.528.505,19	9,70%
Tributos Municipais	220.609,00	1,40%	228.487,90	1,45%	247.397,24	1,57%
Receita Líquida	11.200.633,93	71,08%	10.582.928,74	67,16%	9.798.191,02	62,18%
(-) CPV	6.310.696,21	40,05%	6.310.696,21	40,05%	6.310.696,21	40,05%
Lucro Bruto	4.889.937,72	31,03%	4.272.232,53	27,11%	3.487.494,81	22,13%
(-) Despesas Operacionais	2.862.995,16	18,17%	2.862.995,16	18,17%	2.862.995,16	18,17%
Resultado Operacional	2.026.942,56	12,86%	1.409.237,37	8,94%	624.499,65	3,96%
Lucro Líquido	2.026.942,56	12,86%	1.409.237,37	8,94%	624.499,65	3,96%

Fonte: elaborado pelos autores com base no IBPT (2006).

Quadro 2 – Demonstração do Resultado do Exercício de 1995 a 2005.

Na Demonstração do Resultado do Exercício dos anos de 1995, 2000 e 2005, percebe-se que não foram consideradas as variações do valor da moeda no tempo, isto é, manteve-se o mesmo faturamento para o período em análise, bem como sua estrutura de custos e despesas, havendo alterações somente no grupo Deduções da Receita Bruta que é o grupo que evidencia o aumento da carga tributária brasileira no decorrer do tempo contemplado neste trabalho. Isto se dá, pelo fato deste estudo somente querer demonstrar o aumento que os tributos representaram neste período e seu reflexo no lucro líquido da empresa ora estudado.

7. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Pela análise da Demonstração do Resultado do Exercício dos anos de 1995, 2000 e 2005, da empresa estudada, percebe-se que no ano de 1995 os tributos representavam 28,92% da receita operacional bruta, 32,84% no ano 2000 e atingindo em 2005 o patamar de 37,82%, havendo, neste período, de 1995 a 2005, um crescimento de 8,90 pontos percentuais ou ainda, de 30,77% na taxa nominal.

Dentre o conjunto de tributos à que está submetida uma empresa do setor produtivo, observa-se, por meio do Quadro 2, que na medida que a carga tributária foi aumentando, os tributos federais foram os principais responsáveis que contribuíram para este aumento, seguido dos tributos estaduais e por último aparecendo os municipais.

Em 1995, os tributos federais consumiam 19,30% do montante da receita bruta da empresa, passando em 2005 para 26,55%, ou seja, um incremento de 7,25 pontos percentuais, ou ainda, 37,56% nominal, ao passo que, os tributos estaduais no mesmo período de 1995 a 2005 aumentaram 18%, menos da metade do aumento patrocinado pela esfera federal.

Dos principais tributos federais a que estão sujeitas as empresas do setor produtivo, neste mesmo período analisado, constatou-se que, individualmente, os tributos que mais contribuíram para o aumento da carga tributária foi a Cofins que em 1995 representava 2,36% da arrecadação em relação ao PIB, passando em 2005 para 4,53%, aumentando dessa forma, 91% sua participação no bolo tributário. Na sequência, aparecem respectivamente, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido com um aumento de 49% e o Imposto de Renda com 43% no mesmo período analisado.

Isto posto, e conforme já relatado no decorrer deste estudo, mantendo-se o mesmo faturamento e a mesma base de custos e despesas da referida empresa, analisa-se agora, o quanto a empresa reduziu seu lucro líquido por conta, única e exclusivamente, do aumento decorrente da carga tributária neste período. Em 1995, a empresa com faturamento de R\$ 15.757.785,50 apresentou lucro líquido de R\$ 2.026.942,56, ou seja, 12,86%. Em 2005, considerando-se o mesmo faturamento e a mesma estrutura de custos e despesas, a empresa obteve lucro líquido de R\$ 624.499,65 que representam em termos percentuais 3,96%. Isto

nos remete a um dado alarmante, isto é, pela análise, chega-se a conclusão que o lucro líquido reduziu-se em R\$ 1.402.442,91 ou seja, uma redução de 69,19% mexendo-se somente numa variável: tributos.

8. CONCLUSÕES

A carga tributária no Brasil representa um considerável dispêndio para as organizações. Conforme Guth et. al. (2005), as empresas para manterem-se competitivas e assegurarem sua continuidade no mundo dos negócios, devem, necessariamente, adotarem mecanismos de contínuo planejamento tributário, tendo em vista principalmente, a representatividade que os encargos tributários impõe as organizações de fato e de direito constituídas.

Como pode-se verificar no decorrer deste estudo, a questão tributária é um elemento onipresente nas atividades empresariais, seja qual for o segmento de atividade a que a empresa está submetida. Em particular, este estudo fez menção ao setor produtivo, que segundo especialistas é o setor mais penalizado pelas altas cargas de tributos praticadas atualmente.

Buscou-se neste estudo, por meio da Demonstração do Resultado do Exercício de uma empresa do setor industrial do segmento metal-mecânico, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, fazer uma análise do impacto ocorrido no resultado econômico decorrente do aumento da carga tributária no período de 1995 a 2005. Assim, procurou-se evidenciar o quanto os tributos influenciam no resultado econômico das empresas. Portanto, conclui-se por meio da análise comparativa do período abordado que a redução de 69% no lucro líquido é um fator significativo e determinante para a sobrevivência e continuidade da organização no mundo dos negócios.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL – Constituição Federal de 1988. Publicada no D.O.U. de 05 de out. de 1988.

COHRANE, Teresinha Marina Cavalcante. A contabilidade como Importante Suporte de Planejamento Tributário. Disponível em: <<http://www.tributarista.org.br>>. Acesso em 28 de março de 2005.

GIAMBIAGI, Fábio e ALÉM, Ana Cláudia. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GUTH, Sérgio. et al. Análise da carga tributária em empresa brasileira do setor industrial. In: I SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS FURB. 2005, Blumenau. Anais. Blumenau, Universidade Regional de Blumenau, 2005.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de Dados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 11 de julho de 2006.

INSTITUTO Brasileiro de Planejamento Tributário. Banco de dados. Disponível em: <<http://www.tributarista.org.br>>. Acesso em: 07 de julho de 2006.

LAGEMANN, Eugênio. Tributação Ótima. Estudos econômicos-fiscais. Ano 9, n. 34. Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

OLIYNIK, Anatoli. Considerações sobre a tributação brasileira. Disponível em: <<http://www.samauma.com.br/samauma/ao005tributacao.htm>>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

PORTAL Tributário. Banco de Dados. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br>. Acesso em: 07 de julho de 2006.

VARSAÑO, Ricardo. et al. Uma análise da carga tributária do Brasil. Brasília, DF: IPEA, 1998.